

# **Contabilidade Pública**



# **Abrangência, Classificação e Estrutura e Componentes**



# **NBC T 16 – NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**

## **NBC T 16.8 – CONTROLE INTERNO**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Esta Norma estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público.



# **ABRANGÊNCIA**

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Esta Norma estabelece referenciais para o controle interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público.



## **ABRANGÊNCIA**

Controle interno sob o enfoque contábil compreende o conjunto de recursos, métodos, procedimentos e processos adotados pela entidade do setor público, com a finalidade de:

- (a) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
- (b) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
- (c) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
- (d) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;
- (e) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade;
- (f) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.



O controle interno deve ser exercido em todos os níveis da entidade do setor público, compreendendo:

- (a) a preservação do patrimônio público;
- (b) o controle da execução das ações que integram os programas;
- (c) a observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas.



# CLASSIFICAÇÃO

O controle interno é classificado nas seguintes categorias:

- (a) operacional – relacionado às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade;
- (b) contábil – relacionado à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis;
- (c) normativo – relacionado à observância da regulamentação pertinente.



## ESTRUTURA E COMPONENTES

- Estrutura de controle interno compreende ambiente de controle; mapeamento e avaliação de riscos; procedimentos de controle; informação e comunicação; e monitoramento.
- O ambiente de controle deve demonstrar o grau de comprometimento em todos os níveis da administração com a qualidade do controle interno em seu conjunto.
- Mapeamento de riscos é a identificação dos eventos ou das condições que podem afetar a qualidade da informação contábil.





## ESTRUTURA E COMPONENTES

- Avaliação de riscos corresponde à análise da relevância dos riscos identificados, incluindo:
  - (a) a avaliação da probabilidade de sua ocorrência;
  - (b) a forma como serão gerenciados;
  - (c) a definição das ações a serem implementadas para prevenir a sua ocorrência ou minimizar seu potencial; e
  - (d) a resposta ao risco, indicando a decisão gerencial para mitigar os riscos, a partir de uma abordagem geral e estratégica, considerando as hipóteses de eliminação, redução, aceitação ou compartilhamento.



## **ESTRUTURA E COMPONENTES**

- Para efeito desta Norma, entende-se por riscos ocorrências, circunstâncias ou fatos imprevisíveis que podem afetar a qualidade da informação contábil.



Procedimentos de controle são medidas e ações estabelecidas para prevenir ou detectar os riscos inerentes ou potenciais à tempestividade, à fidedignidade e à precisão da informação contábil, classificando-se em:

(a) procedimentos de prevenção – medidas que antecedem o processamento de um ato ou um fato, para prevenir a ocorrência de omissões, inadequações e intempestividade da informação contábil;

(b) procedimentos de detecção – medidas que visem à identificação, concomitante ou a posteriori, de erros, omissões, inadequações e intempestividade da informação contábil.



- Monitoramento compreende o acompanhamento dos pressupostos do controle interno, visando assegurar a sua adequação aos objetivos, ao ambiente, aos recursos e aos riscos.
- O sistema de informação e comunicação da entidade do setor público deve identificar, armazenar e comunicar toda informação relevante, na forma e no período determinados, a fim de permitir a realização dos procedimentos estabelecidos e outras responsabilidades, orientar a tomada de decisão, permitir o monitoramento de ações e contribuir para a realização de todos os objetivos de controle interno.





# **Questões**

## **Abrangência, Classificação e Estrutura e Componentes**



**1. FUNDATEC - Pref Rondinha/2018)** O sistema de controle interno dos órgãos públicos tem como objetivo, EXCETO:

- a) Avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária.
- c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- d) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta.



**2. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018)** O Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas visa orientar a Administração, preservando os interesses da Instituição e prevenindo a ocorrência de irregularidades, por intermédio do acompanhamento contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, consubstanciado na aplicação das técnicas de trabalho desenvolvidas no âmbito de cada unidade.

Assinale a alternativa que esteja em desacordo com as finalidades básicas do Sistema de Controle Interno:

- a) Aperfeiçoamento da gestão das unidades organizacionais, nos aspectos de formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento de suas atribuições.
- b) Acompanhamento e avaliação do cumprimento da programação das atividades e projetos, com vistas a comprovar a conformidade de sua execução.
- c) Salvar os passivos contra desvios, perdas e desperdícios.
- d) Fazer cumprir as obrigações de accountability.





**3. FUNDATEC - Pref Santa Rosa/2018)** À luz da NBC T 16.8, que estabelece referenciais à contabilidade aplicada ao setor público, notadamente no que diz respeito ao controle interno como suporte do sistema de informação contábil, NÃO se apresenta como finalidade do controle interno:

- a) Salvarguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais.
- b) Dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente.
- c) Disponibilizar mecanismos de controle de gestão que objetivem a alteração comportamental e estrutural da entidade auditada.
- d) Contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade.
- e) Auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.



**4. FUNDATEC - Pref Santa Rosa/2018)** Sobre a Auditoria Interna Governamental, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.
- b) Deve buscar auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.
- c) A atividade dessa auditoria tem como propósito aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.
- d) Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem atuar de forma regular e alinhada ao interesse público. Para tanto, devem exercer o controle permanente sobre seus próprios atos, considerando o princípio da autotutela.
- e) É responsabilidade da alta administração das organizações públicas, em prejuízo das responsabilidades dos gestores dos processos organizacionais e das políticas públicas nos seus respectivos âmbitos de atuação, o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.

**5. FUNDATEC - Pref Santa Rosa/2018)** Sobre as chamadas “linhas de defesa” da estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública, analise as seguintes assertivas:

- I. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.
- II. As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.
- III. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

**GABARITO: E**



Vamos analisar os itens:

I. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

CORRETO. Item de acordo com o disposto na Instrução Normativa Secretaria Federal de Controle Interno 3/2017

*8. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.*

II. As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.

CORRETO. Item de acordo com o disposto na Instrução Normativa Secretaria Federal de Controle Interno 3/2017

*11. As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.*

III. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

CORRETO. Item de acordo com o disposto na Instrução Normativa Secretaria Federal de Controle Interno 3/2017

*14. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.*

Gabarito: Letra E.

**GABARITO: E**



**6. COPESE UFPI - ALEPI/2020)** Analise as afirmações que tratam sobre o controle interno na Administração Pública brasileira e marque a afirmação INCORRETA.

- a) É finalidade do controle interno auxiliar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- b) Por controle interno entende-se o controle administrativo direto exercido por órgão formalmente inserido na estrutura administrativa, que pode ser realizado de forma prévia, concomitante ou a posteriori.
- c) O controle interno restringe-se, tão somente, ao controle orçamentário e legal.
- d) A Controladoria Geral da União atua como órgão central das funções de controle interno, correição, ouvidoria e prevenção e combate à corrupção.
- e) A ação de controle interno encontra-se inserida, organicamente, em toda Administração Pública brasileira.

**GABARITO: C**



**7. INAZ do Pará - CORE PE/2019)** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. São finalidades do controle interno no âmbito constitucional, exceto:

- a) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- b) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- d) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, o Estado, ao Distrito Federal ou o Município.

**8. CEV UECE - Pref Sobral/2019)** Segundo o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, as técnicas de controle são as seguintes:

- a) auditoria e inspeção.
- b) inspeção e monitoramento.
- c) monitoramento e fiscalização.
- d) fiscalização e auditoria.





**9. VUNESP - Pref Campinas/2019)** O Município de Campinas, por meio da Lei Complementar nº 202/2018, instituiu o Sistema de Controle Interno da Administração Pública municipal direta e indireta. A respeito desse tema, é correto afirmar que

- a) a sistematização do controle interno, na forma estabelecida nessa lei, substituiu os controles próprios existentes no âmbito da Administração Pública municipal, bem como o controle administrativo inerente a cada área.
- b) compete exclusivamente às unidades setoriais de controle interno da Administração direta, em seu âmbito de atuação, apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- c) é garantida aos servidores integrantes do Sistema de Controle Interno a estabilidade no cargo efetivo, sempre que no curso de auditoria, ainda que antes de completados 3 (três) anos de efetivo exercício.
- d) estão sujeitas ao Sistema de Controle Interno as entidades de direito privado localizadas no Município de Campinas, ainda que não sejam beneficiárias de convênios, auxílios, renúncias e subvenções ou qualquer outro instrumento de repasse de recursos do Município.
- e) o controle interno processar-se-á nas modalidades de prestação de contas, tomada de contas, auditoria, fiscalização.

**10. FURB - CM Pomerode/2019)** Sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, assinale a alternativa correta:

- a) A fiscalização será exercida exclusivamente pela Câmara Municipal com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- b) O Prefeito Municipal somente encaminhará à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado as contas do Município quando houver requisição pela Mesa Diretora da Câmara ou da presidência do Tribunal de Contas.
- c) Apresentadas as contas pelo Prefeito Municipal, o Presidente da Câmara as colocará, pelo período máxi-mo de dez dias, à disposição de qualquer contribuinte residente no Município para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.
- d) Essa fiscalização será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle interno da mesma, controle interno do Executivo e pelos sistemas de controle externo, instituídos em lei. Já o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- e) O controle interno no âmbito municipal é mantido de forma integrada pelos Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, cabendo a este último, por meio do Tribunal de Contas do Estado, julgar as contas prestadas pelo Poder Executivo.

**11. CEBRASPE (CESPE) - Pref João Pessoa/2018)** De acordo com o art. 74 da Constituição Federal de 1988 (CF), os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com algumas finalidades. Nesse sentido, julgue o item a seguir, a respeito da governança no setor público.

Aos controles internos compete verificar a utilização dos recursos públicos, mas estão dispensados de analisar recursos administrados por entidades de direito privado, como é o caso de parcerias público-privadas, em que há aplicação de recursos públicos e privados.

Certo

Errado

**GABARITO: ERRADO**

**12. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018)** Assinale a alternativa que não se refere aos princípios de controle interno:

- a) Segurança Efetiva.
- b) Segurança Razoável.
- c) Competência.
- d) Comprometimento

**GABARITO: A**

Vamos analisar os itens:

**a) Segurança Efetiva.**

INCORRETO. Não se trata de um dos princípios de controle interno, sendo um dos princípios a segurança razoável, conforme Letra B.

**b) Segurança Razoável.**

CORRETO. Trata-se de um dos princípios de controle interno, conforme Guia de Orientação para Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública / Tribunal de Contas do Estado. — Vitória/ES: TCEES, 2011.

Os princípios de controle interno usualmente mencionados na literatura especializada correspondem a medidas que devem ser adotadas em termos de política, sistemas e organização, visando ao atingimento dos objetivos anteriormente elencados. A seguir, listaremos os mais citados:

segurança razoável: as estruturas de controle interno devem proporcionar uma garantia razoável do cumprimento dos objetivos gerais. A garantia razoável equivale a um nível satisfatório de confiança, considerando o custo, a oportunidade, a utilidade e os riscos;

### **c) Competência.**

CORRETO. Trata-se de um dos princípio de controle interno, conforme Guia de Orientação para Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública / Tribunal de Contas do Estado. \_\_ Vitória/ES: TCEES, 2011.

Os princípios de controle interno usualmente mencionados na literatura especializada correspondem a medidas que devem ser adotadas em termos de política, sistemas e organização, visando ao atingimento dos objetivos anteriormente elencados. A seguir, listaremos os mais citados: ética, integridade e competência: os dirigentes e os servidores/empregados devem primar por um comportamento ético, através da sua integridade pessoal e profissional

### **d) Comprometimento**

CORRETO. Trata-se de um dos princípio de controle interno, conforme Guia de Orientação para Implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública / Tribunal de Contas do Estado. \_\_ Vitória/ES: TCEES, 2011.

Os princípios de controle interno usualmente mencionados na literatura especializada correspondem a medidas que devem ser adotadas em termos de política, sistemas e organização, visando ao atingimento dos objetivos anteriormente elencados. A seguir, listaremos os mais citados:

- comprometimento: os dirigentes e os servidores/empregados deverão mostrar e manter, em todo momento, uma atitude positiva e de apoio frente aos controles internos;

**GABARITO: A**

**13. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018)** O somatório das atividades de controle exercidas no dia-a-dia em toda a organização para assegurar a salvaguarda dos ativos, a eficiência operacional e o cumprimento das normas legais e regulamentares é chamado de:

- a) Controle.
- b) Controle Interno.
- c) Sistema Organizacional.
- d) Sistema de Controle Interno.



**14. FUNDATEC - GRAMADOTUR/2019)** O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem como finalidades básicas:

- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Orçamentário, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito público.
- c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Ministério Público.
- d) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) O aperfeiçoamento da gestão pública nos aspectos de formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento das políticas públicas.



**15. GUALIMP - CM Conc da Barra/2018)** Assinale a alternativa que esteja em desacordo com a composição do Núcleo de Controle Interno – NCI:

- a) Os integrantes do Núcleo de Controle Interno - NCI, com conhecimentos técnicos inerentes às funções a serem desempenhadas, serão designados pelo Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas e contarão com a infraestrutura necessária para o regular desempenho de suas atribuições.
- b) Compete ao Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas disponibilizar toda a infraestrutura necessária ao perfeito funcionamento do Sistema de Controle Interno.
- c) Integram o Núcleo de Controle Interno - NCI - servidores titulares de cargo de provimento efetivo e estáveis do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.
- d) Ao servidor do Núcleo de Controle Interno - NCI - compete exclusivamente o exercício das atividades de controle interno.